



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
30 DE NOVEMBRO DE 2017
N.º 25/2017

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

Pág.

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 – Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para 2018.....	3
2 – Apoios Pontuais às Freguesias – Comparticipação Financeira em Investimentos e no Programa Ocupacional – Aprovação das Minutas dos Contratos Interadministrativos....	13
3 – Obras de Alargamento da Rua do Serrinho e Rua da Roseira – Freguesia de Alvações do Corgo – Pedido de Comparticipação Financeira.....	16
4 – Obras de Requalificação da Linha de Água e de Tanques Públicos de Crestelo – Freguesia de Fontes – Pedido de Comparticipação Financeira.....	17
5 – Obras de Limpeza, Proteção e Segurança – Lugar do Espírito Santo – União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Batista) e Sanhoane – Pedido de Comparticipação Financeira.....	18

UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviços da Educação

6 – Aquisição de Prendas de Natal para os alunos do Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico — Autorização de Despesa.....	18
---	----

Serviços da Cultura


7 – Festa de Natal dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião – Atribuição de Subsídio.....	19
--	----

Serviços da Ação Social

8 – Almoço de Natal Sénior – Autorização da Despesas.....	20
9 – Aquisição de Prendas de Natal para as IPSS do Concelho – Autorização de despesa..	20

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

10 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião	21
---	----



I – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Grandes Opções do Plano e Orçamento
e Mapa de Pessoal para 2018**

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

---- “O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/2009, de 22 de Fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro e pelos Decretos-Lei n.ºs 315/2000, de 2 de dezembro, 26/2002, de 14 de fevereiro e 84-A/2002, de 5 de abril, refere que os documentos previsionais a adotar por todas as autarquias locais são as Grandes Opções do Plano e o orçamento. Nas grandes opções do plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município de que fazem parte o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais Relevantes da gestão autárquica (Plano de Atividades Municipal) e no Orçamento é apresentada a previsão anual das receitas, bem como as despesas, de acordo com um quadro de contas. -----

----- Por sua vez, a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL), determina no seu artigo 46.º que o orçamento municipal inclui, para além de um relatório, os seguintes elementos: i) identificação e descrição das responsabilidades contingentes; ii) mapa resumo das receitas e despesas da autarquia; iii) mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica; iv) articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental; e v) mapa das entidades participadas pelo município, identificadas pelo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente. -----

----- As autarquias locais encontram-se obrigadas pela conjugação da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que define o regime jurídico das autarquias locais com o estipulado no ponto 3.1.1 do POCAL, à elaboração, aprovação e execução de um orçamento anual coincidente com o ano civil.

----- O POCAL e o RFAL estabelecem as estritas regras e princípios previsionais às quais o orçamento do Município se deve submeter, designadamente os previstos no referido ponto 3.1.1 das Regras Previsionais com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e nos artigos 40.º a 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----



----- Assim, constituem as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2018, o mapa resumo do orçamento, o orçamento da Receita e da Despesa, o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Atividades Municipal (Atividades Municipais mais Relevantes), o mapa de transferências de receitas do exterior e da administração central, o Quadro Plurianual de Programação Orçamental, embora este com carácter não vinculativo conforme justificação constante do relato orçamental, o mapa dos empréstimos e o mapa resumo das transferências para as Freguesias, no âmbito da execução dos acordos de execução da delegação legal de competências, da delegação de competências em matéria de transportes escolares, e de apoios pontuais relativos ao programa ocupacional e de investimentos, a descrição das responsabilidades contingentes, as normas de execução orçamental e o mapa das entidades participadas pelo município. -----

----- Assim sendo, considerando: -----

----- 1 - Que no uso das competências constantes do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal, as Opções do Plano e a proposta do Orçamento. -----

----- 2 - Que de acordo com o disposto nos artigos 28º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, conjugados com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e suas posteriores alterações, os municípios dispõem de um mapa de pessoal, o qual deve acompanhar a proposta do orçamento, e cuja aprovação é da competência da Assembleia Municipal; -----

----- 3 – Que conforme n.º 2 da Cláusula 3.ª do acordo de execução de “Delegação Legal” de competências celebrado com as Freguesias, se encontra previsto que as verbas necessárias ao desempenho das competências delegadas são atualizadas em função da percentagem da variação da participação das freguesias nos impostos do Estado que constitui o Fundo de Financiamento das Freguesias; -----

----- 4 – Que da proposta do orçamento que agora se submete à apreciação do Executivo Municipal e à Assembleia Municipal, constam as verbas a transferir para as Freguesias referidas no número anterior, calculadas em função da proposta de Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2018;

----- 5 - Que de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, adaptado à administração local, as despesas que deêm lugar a encargo orçamental em mais de



um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação – venda ou compra a prestações com encargos, não podem ser efetivadas sem prévia autorização do órgão deliberativo, salvo quando resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados ou os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não exceda três anos; -----

----- 6 - Que conforme dispõe a al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local; -----

----- 7 – Que o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, diploma que contempla as normas legais e disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA referida, determina que para efeitos de aplicação da al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pela assembleia municipal poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; -----

----- 8 - Que o Município contempla nos seus documentos previsionais para 2018, projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos que se prolongam para os anos económicos seguintes; -----

----- 9 - Que estão previstos fornecimentos e serviços não contemplados no Plano Plurianual de Investimentos, nem no Plano das Atividades mais Relevantes, uma vez que este é um documento facultativo à luz do POCAL, que constituem despesas de natureza corrente mas que, no entanto, se encontram incluídas nas correspondentes rubricas do orçamento da despesa corrente. -----

----- Face ao referido, proponho ao Executivo Municipal que delibere no sentido de: -----

- a. Aprovar os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2018, documentos cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----
- b. Aprovar o Mapa de Pessoal para 2018, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o qual acompanha a proposta de orçamento,



contendo toda a informação exigível, por força do disposto nos artigos 28.º e 29.º da referida Lei e no n.º 1 do artigo 5.º do mencionado Decreto-Lei, documento cujo teor se dá aqui também por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

- c. Que para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aprove solicitar à Assembleia Municipal que esta delibere ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes casos: -----
- i) Resultem de projetos ou ações constantes no Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades Municipal (Atividades Mais Relevantes); ou-----
 - ii) Os seus encargos não excedam o limite 100.000€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----
 - iii) Que a assunção de compromissos plurianuais referidos nas alíneas anteriores e ao abrigo da autorização prévia, só poderá fazer-se quando, para além das condições mencionadas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----
- d. Submeter, sob a forma de proposta, os referidos documentos à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, conforme o que dispõe a alínea a), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) e alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, bem como ao abrigo do disposto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----
- e. Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação pelos respetivos órgãos municipais, deverão os mesmos documentos ser publicitados e inseridos na página eletrónica do Município, assim devendo permanecer." -----

----- **Deliberação: 1 – Aprovar, por maioria, os documentos previsionais (Grandes Opções do Plano e Orçamento) para 2018, com a abstenção do Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, que apresentou a seguinte declaração de voto: -----**



---- "DECLARAÇÃO DE VOTO" -----

Relativamente ao ponto **um** da Ordem de Trabalhos, da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, do dia 30 de novembro de 2017, nomeadamente no que concerne às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, compete-nos fazemos as seguintes considerações: ----
O documento como suporte físico apresenta-se, na nossa opinião, bem elaborado tecnicamente, com clareza, e sintético como deve ser um Relatório. O plano apresentado procura refletir a estratégia de gestão autárquica que o executivo municipal pretende adotar para o ano de 2018. Apesar de se tratar de previsões, existem presentemente dados que permitem sustentar muitas dessas previsões, como é o caso da existência de dotações tidas como já definidas, os recursos humanos, materiais e financeiros que o Município poderá realmente contar no próximo ano de 2018. -----

Breve análise do lado das Receitas -----

Considerando que o valor do orçamento global previsto é de **€ 8 160 770**. Que no lado das receitas este valor corresponde ao somatório das receitas correntes globais e das receitas de capital. -----

Considerando que as transferências correntes, provenientes diretamente da Administração Central corresponderão a **€ 4 334 221**. Somando ao valor anterior, **€320 975** correspondendo a outras transferências provenientes de Organismos do Estado, conforme se pode ler nas pág. 14 e 15 do Relatório das Grandes Opções do Plano para 2018, corresponde o valor global das transferências correntes de **€ 4 655 196**. -----

Considerando que são ainda receitas correntes: os impostos diretos no valor de **€ 560 300**, os impostos indiretos no valor de **€ 4 530**, taxas multas e penalidades no valor de **€ 116 750**, rendimentos da propriedade no valor de **€ 400 500**, venda de bens e serviços correntes no valor de **€ 866 850**, e outras receitas correntes no valor de **€ 110 200**, que adicionado às transferências globais correntes totaliza **€ 6 714 326**. -----

Convém referir que no caso da venda de bens e serviços correntes estão incluídas as receitas do provenientes do pagamento das rendas de habitação



social, dos Bairros da Corredoura, Quinta das Canas, do Cruzeiro e do antigo Bairro de Fundo de Fomento à Habitação, cujo valor global previsto sofre um aumento de 1,75%, em relação ao ano de 2017. **Ficámos com algumas duvidas**, pois não sabemos se este aumento será refletido no agravar do valor das rendas a pagar das pessoas que habitam nos referidos bairros sociais. --- No lado das **receitas de capital**, o relatório em análise o valor de € 333 200, relativo à venda de bens e investimento, que será obtido pela venda de lotes de terreno para construção urbana, na Rua de Larçay, concretizar a venda de habitação social, no Bairro do Cruzeiro e no Bairro do Fundo de Fomento à Habitação, bem como a transmissão, por venda, às Águas do Norte, S.A., pela conduta de águas desativada, desde o Rio Sordo/Régua, até ao limite do concelho. -----

No caso da venda de lotes de terreno e habitação social, trata-se de uma intenção que depende da atratividade da sede do concelho, e fica obviamente dependente das regras da oferta e da procura, sendo a sua incerteza de concretização muito elevada. Já no caso da venda da conduta de águas, **desconhecemos se foram iniciadas negociações** sobre o assunto, **se foi feita alguma avaliação técnica** da sua importância estratégica e até funcional, no futuro, para o abastecimento do concelho. -----

Ainda no que diz respeito às receitas de capital, relativamente à transferência de capital, cujo valor previsto é de € 1 107 944, **inferior em 12% ao do ano de 2017**, ou seja, uma redução de € 152 443. Note-se que este capítulo enquadra os recursos financeiros destinados ao financiamento de despesas de capital, receitas relativas a cauções e depósitos, bem como as provenientes da União Europeia que se destinam à comparticipação de projetos cofinanciados objeto de candidaturas, bem como da Administração Central. Esta redução da disponibilidade de recursos financeiros, **levantam-nos algumas duvidas, uma vez que a capacidade financeira do Município é ainda mais frágil, para concretizar investimentos municipais.** -----

Breve análise do lado das despesas -----



Considerando que o valor das despesas correntes é obtido pelo somatório das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, juros e outros encargos, transferências, subsídios, e outras despesas correntes. -----

Considerando que as **despesas com Pessoal** correspondem às remunerações certas e permanentes, bem como os abonos acessórios e compensações, (...) tanto aos seus trabalhadores que exerçam funções públicas, como aos indivíduos que prestam serviço ao Município em regime de tarefa e avença. Estando previsto um valor de **€ 2 583 200** para 2018, correspondendo a um agravamento em **5,24%** relativamente ao ano de 2017, ou seja, de **€ 128 650**, e de **8,46%** em relação ao ano de 2016, ou seja, de **€ 201 550**. -----

Relativamente a este capítulo temos a referir que a despesa com pessoal começa a torna-se **muito preocupante, para a sustentabilidade financeira do Município**, pois neste rumo daqui a dois anos ou três anos essa despesa corresponderá a mais de 50% da totalidade das despesas globais do Município. Convém ainda referir que o Município de Santa Marta de Penaguião é aquele que apresenta em termos relativos a maior taxa de trabalhadores precários da Comunidade Intermunicipal do Douro (dados oficiais de 2016). --

No que concerne às transferências correntes, destacamos preferencialmente as transferências para as freguesias e as Instituições sem fins lucrativos. -----

Relativamente às transferências para as freguesias o valor previsto é de **€ 268 881**, correspondendo a um aumento de 21,24% face ao ano de 2017. Todavia, no nosso entender, e face às novas atribuições e competências, nomeadamente os serviços protocolados entre o Município e as Juntas de Freguesia, bem como para dar maior autonomia financeira a projetos e ações destas autarquias, continua o valor da transferência manifestamente insuficiente. -----

Já no passado propusemos que o valor global a transferir para as Juntas de freguesia fosse de 5% do Orçamento previsto para o ano corrente, ou seja de **€ 408 038**. A aplicação desta medida tornaria os serviços bem mais eficazes e



eficientes para as populações, e para o reforço do poder político de maior proximidade. -----

Plano plurianual de investimentos (PPI) -----

O PPI apresenta-se subdividido em 4 funções principais, nomeadamente pelas funções gerais, funções sociais, funções económicas e outras funções. Estando definido valor de € 1 644 673 e por definir € 3 672 000. -----

No caso das Funções Gerais, apresenta uma dotação definida de € 249 350, para 2018, estando por definir € 363 000. Ou seja, o investimento previsto está apenas assegurado em 41%. -----

No caso das Funções Sociais, apresenta uma dotação definida de € 1 165 00, para 2018, estando por definir € 2 779 500. Ou seja, o investimento previsto está apenas assegurado em 30%. -----

No caso das Funções Económicas, apresenta uma dotação definida de € 149 000, para 2018, estando por definir € 529 500. Ou seja, o investimento previsto está apenas assegurado em 22%. -----

No caso das Outras funções, apresenta uma dotação total e definida de € 81 323, para 2018. -----

Concluimos, portanto, que globalmente, para o ano de 2018, com os atuais valores definidos **apenas se poderá concretizar 31% dos investimentos previstos**. Somos da opinião, que no próximo ano deverá ser significativamente aumentada a orientação estratégica relativa às funções económicas, de modo a contribuir para que o concelho melhore o seu desempenho económico, a sua atratividade e consequentemente as externalidades de que tanto necessita, em vez de permanecer na polarização em que está submetido pelo eixo Vila Real/Régua. -----

Num quadro de razoabilidade e baseado em opções racionais, com objetivos concretos e exequíveis, toda e qualquer programação deve ser avaliada, monitorizada e reprogramada se necessário. Salvo situações atípicas de conjuntura, somos da opinião que toda a programação concebida para um determinado período temporal, quando bem elaborado, deverá obter no seu término uma taxa de execução de pelo menos 75%. -----



Pelo exposto, **Daniel Teles**, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito nas listas do PSD, vem declarar, uma vez que se trata de um primeiro momento, neste mandato, para a definição dos objetivos para a gestão da Câmara Municipal, sem omitir as muitas duvidas levantadas e sugestões exaradas, manifesta o seu **voto de abstenção** quanto à estratégia apresentada, bem como ao orçamento que lhe está associado. -----

Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 30 de novembro de 2017. O Vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles – PSD, a) Daniel Teles. ----

----- **O Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores do Partido Socialista disseram o seguinte:** -----

----- “1. Registrar, em primeiro lugar que a proposta apresentada pelo executivo municipal para as Grandes Opções do Plano mereceram da parte do PSD de Santa Marta de Penaguião aprovação na generalidade uma vez que, no uso do Estatuto do Direito de Oposição, não rejeitou qualquer projeto ou Ação constante do documento e não acrescentou qualquer nova proposta. -----

2. Relativamente às sugestões apresentadas no mesmo uso, cumpre-nos: ----

a) O tema da Natalidade foi bandeira do PSD na recente campanha eleitoral. O resultado eleitoral é reflexo do seu mérito e acolhimento. Nós continuamos convictos que a solução da problemática da Natalidade, problema nacional e não só local como se faz crer, é a criação de riqueza e consequente oferta de emprego sustentável. É este o caminho em que acreditamos e confiamos. ----

b) Relativamente à valência do Pré-escolar nas instituições particulares de solidariedade social, importa dizer que a mesma é objeto de Acordo com a Segurança Social. Se os Acordos não estivessem atualizados, agiríamos para que a devida atualização fosse concretizada. -----

Ora como não é verdade, aconselhamos o Senhor Vereador a atualizar a informação sobre este assunto. Finalizando, informamos que a valência pré-escolar levada a cabo pelas nossas Instituições Particulares de Solidariedade Social está a decorrer dentro da normalidade legal e social. -----

c) É com enorme tristeza que damos conta da proposta do PSD visando a oferta de manuais ao terceiro ciclo. -----



A política deve ser servida por pessoas sérias. Porquê? -----

Porque no passado dia 4 de Julho, dia em que o Executivo municipal deliberou atribuir os manuais ao segundo ciclo (5 e 6 anos), informou seguidamente através da Internet, no sítio do município, todos os munícipes da referida deliberação e deu conta que no próximo ano iria alargar a oferta ao terceiro ciclo. -----

Na altura, o PSD apresentou junto da Comissão Nacional de Eleições uma queixa, dizendo que a promessa de oferecer os manuais escolares ao terceiro ciclo, era propaganda eleitoral, juntamos em anexo a referida queixa. -----

Hoje, para espanto de todos, vem peregrina e desavergonhadamente apresentar exatamente a mesma proposta como sendo sua e inovadora. -----

Por último, no que às propostas apresentadas pelo CDS-PP diz respeito, permitimo-nos responder em sessão da Assembleia Municipal, uma vez que é o órgão autárquico em que o mesmo tem representação." -----

----- 2 – Aprovar, por unanimidade: -----

----- a) – O mapa de pessoal para 2018, nos termos do n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro; -----

----- b) – O pedido de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nos casos mencionados nas alíneas i), ii) e iii), da alínea c) da proposta. -----

----- 3 – Aprovar, por unanimidade, submeter as referidas deliberações, sob a forma de proposta, à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, conforme o que dispõe as alíneas a), j) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 11 de setembro e alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, bem como ao abrigo do disposto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º



8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

**Apoios Pontuais às Freguesias – Comparticipação Financeira
em Investimentos e no Programa Ocupacional – Aprovação das
Minutas dos Contratos Interadministrativos**

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro aprova o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, assim como da delegação de competências do Estado nas autarquias locais e nas entidades intermunicipais e nas freguesias e o regime jurídico do associativismo autárquico. -----

----- Dispõe o artigo 7.º, do Anexo I daquela Lei que constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com os municípios, designadamente nos domínios de equipamento rural e urbano, abastecimento público, educação, cultura, tempos livres e desporto, cuidados primários de saúde, ação social, proteção civil, ambiente e salubridade, desenvolvimento, ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, bem como o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e nos termos previstos na lei. -----

----- Para a prossecução dessas atribuições as juntas de freguesia dispõem das competências elencadas no artigo 16.º do mesmo Anexo e, concretamente, a competência para executar, por empreitada ou administração direta, as obras que constem das opções do plano e dos documentos previsionais aprovados, promover a conservação de abrigos de passageiros existentes na freguesia, conservar e promover a limpeza de lavadouros, chafarizes e fontanários públicos, colocar e manter as placas toponímicas, proceder à manutenção e conservação de caminhos,



arruamentos e pavimentos pedonais, conservar e promover a limpeza dos cemitérios sua propriedade. -----

----- Aos municípios estão reservadas as atribuições de promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 23.º do Anexo I, do supra citado diploma. -----

----- Os Presidentes de Junta em representação das Freguesias desempenham um papel relevante na concretização dessas atribuições, dada a sua proximidade com os cidadãos e o profundo conhecimento das realidades e dinâmicas do seu quotidiano, operando como uma indispensável união de esforços dos diversos agentes da administração pública que atuam no terreno. -----

----- Por sua vez, os recursos financeiros de que as freguesias dispõem são insuficientes para prosseguirem as suas atribuições, bem como para exercerem as suas competências conferidas pelo regime jurídico supra mencionado, sendo que a sua principal fonte de receita se encontra limitada à participação nos impostos do Estado equivalente a 2% da média aritmética simples da receita do IRS, IRC e IVA, através do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), de acordo com o que se encontra previsto no regime financeiro das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- É também verdade que as freguesias não dispõem também nas suas estruturas organizacionais, de meios humanos suficientes que operacionalizem a realização das diversas tarefas com que diariamente são confrontadas para o exercício das suas competências possam ser capazmente satisfeitas. -----

----- Considerando estes factos, verificada a existência de princípios que norteiam a atividade administrativa, converte-se como necessário e fundamental apoiar as Freguesias, participando o Município nos investimentos que aquelas se propõem realizar, bem como na contratação de pessoal, indo ao encontro, como se referiu, dos interesses das suas populações, competindo no entanto, à Assembleia Municipal *"deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações"*, nos termos da al.ª j), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Neste sentido, dando continuidade à política de apoio às Freguesias que tem vindo a ser seguida, no que diz respeito aos investimentos incluídos nos seus documentos previsionais e outros que no decorrer do ano venham a ser considerados de interesse para as Freguesias e para



a concretização do "Programa Ocupacional", a comparticipação municipal é feita de acordo com os mesmos critérios dos anos anteriores, ou seja: -----

1 - No que diz respeito aos investimentos, o valor global inscrito no Plano de Atividades mais Relevantes (Plano de Atividades Municipal), - Objetivo: 4.2.0 – Transferências entre administrações – Projeto/ação n.º 25/15, é diretamente proporcional à receita de cada Freguesia nos impostos do Estado que constitui o Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF); -----

2 - Quanto ao financiamento para contratação de pessoal, a comparticipação é feita em função do número de trabalhadores e da remuneração mínima mensal garantida (atualizada de acordo com o valor que se perspetiva para 2018), acrescida dos encargos com a Segurança Social, com o subsídio de refeição e com o seguro de acidentes de trabalho. ---

----- Nestes termos, tendo em conta os critérios referidos, os valores correspondentes ao apoio financeiro pontual a atribuir às freguesias, são os constantes dos quadros seguintes: -----

Quadro I – Comparticipações em investimentos - 2018	
Freguesia	Valor
Alvações do Corgo	4 234,90€
Cumieira	6 520,62€
Fontes	6 840,20€
Medrões	4 234,90€
Sever	4 904,70€
União das Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane	14 794,88€
União Freguesias de Louredo e Fornelos	8 469,80€
Total	50 000,00 €

Quadro II - PROGRAMA OCUPACIONAL - 2018							
Freguesia	N.º trabalhadores	Importância	Encargos Segurança Social e Seguro	Sub.Refeição	Soma	Arredonda-mento	Total a Transferir
Alvações do Corgo	1	8 120,00 €	2 048,50 €	1 049,40 €	11 217,90 €	0,10 €	11 218,00 €
Cumieira	2	16 240,00 €	3 977,00 €	2 098,80 €	22 315,80 €	0,20 €	22 316,00 €
Fontes	2	16 240,00 €	3 977,00 €	2 098,80 €	22 315,80 €	0,20 €	22 316,00 €
Medrões	1	8 120,00 €	2 048,50 €	1 049,40 €	11 217,90 €	0,10 €	11 218,00 €
Sever	1	8 120,00 €	2 048,50 €	1 049,40 €	11 217,90 €	0,10 €	11 218,00 €
União Freg. Lobrigos (S.Miguel e S.João) e Sanhoane	2	16 240,00 €	3 977,00 €	2 098,80 €	22 315,80 €	0,20 €	22 316,00 €
União Freguesias de Louredo e Fornelos	2	16 240,00 €	3 977,00 €	2 098,80 €	22 315,80 €	0,20 €	22 316,00 €
Soma:	11	89 320,00 €	22 053,50 €	11 543,40 €	122 916,90 €	1,10 €	122 918,00 €



----- Finalmente, para cumprimento da transferência das importâncias para as Juntas de Freguesias, importa estabelecer em documento as obrigações quer do Município quer das Freguesias, pelo que, em conformidade com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à consideração do Executivo Municipal:

- a) A provação dos montantes a transferir de acordo com os mapas supra; -----
- b) Aprovação das minutas dos contratos a celebrar entre o Município e as Freguesias, de acordo com o clausulado constante dos documentos anexos 1 e 2, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----
- c) Aprovar solicitar à Assembleia Municipal que esta autorize a Câmara Municipal a atualizar as verbas a transferir do Quadro II, caso o valor da remuneração mínima mensal garantida venha a ser superior ao montante que serviu de base ao apuramento dos valores constantes do mesmo quadro; -----
- d) Submeter a proposta à apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta e submeter a mesma à apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na al.ª j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

**Obras de Alargamento da Rua do Serrinho e Rua da Roseira – Freguesia de Alvações do Corgo
– Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 3 – Presente à reunião ofício da Freguesia de Alvações do Corgo, registado sob o n.º 2685 do dia 27 do corrente mês de novembro, com o seguinte teor: -----

----- “Exmo. Sr. Presidente do Município de Santa Marta de Penaguião, venho pelo presente solicitar à Câmara Municipal a que Vossa Excelência superiormente preside, a comparticipação financeira para as obras de alargamento da Rua do Serrinho e Rua da Roseira, desta freguesia de Alvações do Corgo. -----



----- Os trabalhos realizados na Rua do Serrinho orçam o valor de 13.157,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor e os trabalhos da Rua da Roseira, orçam o valor de 3.500,00€, já com IVA incluído, o que perfaz um valor total de 19.683,11€." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 19.683,11€ (dezanove mil e seiscentos e oitenta e três euros), à Freguesia de Alvações do Corgo, a transferir, nos termos do Contrato Interadministrativo a celebrar, cuja minuta foi aprovada em sessão de Assembleia Municipal de 23 de novembro de 2016.** -----

**Obras de Requalificação da Linha de Água e de
Tanque Públicos de Crestelo – Freguesia de Fontes –
Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 4 – Presente à reunião ofício da Freguesia de Fontes, registado sob o n.º 2690, do dia 27 do corrente mês de novembro, com o seguinte teor: -----

----- "Venho pela presente solicitar à Câmara Municipal a comparticipação financeira para as obras de requalificação da linha de água e de tanque público em Crestelo, Fontes. -----

----- Os trabalhos realizados orçam o valor de 6.618,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor."

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 6.618,00€ (seis mil seiscentos e dezoito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor à Freguesia de Fontes, a transferir, nos termos do Contrato Interadministrativo a celebrar, cuja minuta foi aprovada em sessão de Assembleia Municipal de 23 de novembro de 2016.** -----



**Obras de Limpeza, Proteção e Segurança – Lugar do Espírito Santo
– União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Batista)
e Sanhoane – Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 5 – Presente à reunião ofício da União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Batista) e Sanhoane, registado sob o n.º 2691, do dia 27 do corrente mês de novembro, com o seguinte teor: -----

----- “Venho pelo presente solicitar à Câmara Municipal a comparticipação financeira para as obras de limpeza, proteção e segurança que estão a ser levadas a cabo no Lugar do Espírito Santo, em São João de Lobrigos. -----

----- Os trabalhos realizados orçam o valor de 25.415,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.”

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea j), n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 25.415,00€ (vinte e cinco quatrocentos e quinze euros), acrescido e IVA à taxa legal em vigor à União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Batista) e Sanhoane, a transferir, nos termos do Contrato Interadministrativo a celebrar, cuja minuta foi aprovada em sessão de Assembleia Municipal de 23 de novembro de 2016. -----**

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

**Aquisição de Prendas de Natal para os alunos do Ensino Pré-
Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico — Autorização de despesa**

----- 6 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----



----- “Coincidindo com a época natalícia que atravessamos e tendo em conta a constante preocupação do executivo municipal para com todas as crianças do Ensino Pré-Escolar e 1º ciclo;
----- Considerando ainda as dificuldades que muitos agregados familiares estão a atravessar decorrentes do contexto económico do País; -----
----- Considerando que o Natal também é associado à oferta de prendas de Natal e que muitas destas crianças podem não vir a receber um único presente de Natal; -----
----- Proponho a aquisição de prendas de Natal para todas as crianças do Ensino Pré-escolar e 1º Ciclo.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a despesa até ao valor de 6.000,00€ (seis mil euros).** -----

Serviço da Cultura

Festa de Natal dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião – Atribuição de Subsídio

----- 7 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----
----- “O Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião é sem dúvida um veículo de parceria extremamente importante para a política de bem-estar que este executivo defende para todos os seus colaboradores. -----
----- Neste sentido, e há semelhança do que sempre se fez, o C.C.D. está a organizar o almoço de natal para todos os colaboradores desta casa, bem como a aquisição de lembranças natalícias para os seus dependentes, contando para isso com a ajuda financeiro de quem gere o Município, uma vez que as quotas não são suficientes para cobrir todas as despesas. -----
----- Assim sendo, proponho ao Exmo. Executivo que, mediante as propostas apresentadas e discutidas, aceite comparticipar estas ações natalícias.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira até ao montante de 6.000,00€ (seis mil euros).** -----



Serviço da Ação Social

**Almoço de Natal Sénior – Autorização
da Despesas**

----- 8 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Apesar da inovação, da educação, do turismo, das crianças e dos jovens estarem sob a mira deste executivo, não esquecemos nunca as nossas origens e a quem devemos o presente. -----

----- O Almoço de Natal Sénior é uma ação que abraçamos com carinho e que, a cada ano que passa, queremos que seja sempre recordado como sendo uma verdadeira reunião familiar e um grande momento de divertimento para os nossos anciãos. -----

----- Honramos a 3ª Idade, honramos o nosso passado, porque Acreditamos e Confiamos num futuro brilhante para todos. -----

----- Assim sendo, proponho ao executivo municipal que mais uma vez aceite a realização das despesas para a realização de mais um Almoço de Natal Sénior.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a despesa até ao valor de 18.000,00€ (dezoito mil euros).** -----

**Aquisição de Prendas de Natal para as IPSS -
Instituições Particulares de Solidariedade
Social do Concelho – Autorização de despesa**

----- 9 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Nem só de iluminações vive o Natal, mas de toda uma panóplia de ações de solidariedade e de agradecimentos. -----

----- Os nossos idosos são os nossos grandes inspiradores e a sua felicidade o nosso objetivo. --

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 25 de 30 de novembro de 2017

----- A época natalícia é associada a um momento de comemoração e, muitas vezes, para os idosos institucionalizados nas várias instituições de solidariedade tal não é uma realidade. -----

----- Assim, a oferta de um mimo simbólico a todos eles será sempre uma forma de lhes “reconfortar o coração” nesta época especial. -----

----- Como tal, proponho a aquisição de prendas de Natal para todos os idosos das várias IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social concelhias.” -----

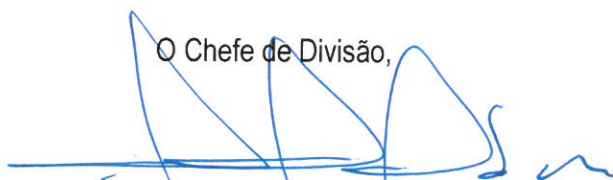
----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a despesa até ao valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros). -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 10 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)